





Novos Cadernos NAEA

v. 28, n. 3 • dez. 2025 • ISSN 1516-6481/2179-7536

doi

**CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO
E VETORES DE ESPECIALIZAÇÃO TERRITORIAL
EM *COMMODITIES*: TENSÕES PARA
A AFIRMAÇÃO DO CACAU COMO PRODUTO
DA SOCIOBIODIVERSIDADE**

**SPATIAL PRODUCTION CIRCUIT AND TERRITORIAL
SPECIALIZATION VECTORS IN *COMMODITIES*:
TENSIONS IN THE AFFIRMATION OF COCOA
AS A SOCIOBIODIVERSITY PRODUCT**

Cristiele dos Anjos Costa  

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura
e Sociedade - CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

Fernando Michelotti  

Programa de Pós Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e
Urbano na Amazônia – PPGPAM, Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário
e Regional - IEDAR, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA

RESUMO

Diante do reconhecimento das mudanças climáticas como um problema social, o debate sobre o uso da terra na Amazônia vem sendo objeto de disputas por distintos agentes que apontam desde estratégias que priorizam o fortalecimento da sociobiodiversidade regional até outras que veem esse contexto como ‘janela de oportunidades’ para ‘negócios verdes’, cujo protagonismo é das corporações e agentes financeiros. O cacau, simultaneamente produto da sociobiodiversidade amazônica e *commodity* global, é um exemplo dessas disputas. Este trabalho buscou refletir sobre o atual circuito produtivo do cacau e as implicações para sua afirmação como um produto da sociobiodiversidade. O estudo indicou que os fluxos materiais e imateriais têm reforçado hierarquias entre os lugares e o fortalecimento do poder corporativo, levando a dinâmicas pouco diferenciadas com relação a outras *commodities*, imprimindo um sentido produtivista e de especialização territorial contrário à valorização da diversidade biológica e social. Entretanto, apesar desse direcionamento do cacau como *commodity*, esta cultura segue sendo prioritariamente produzida por agentes da produção familiar, o que mantém seu vínculo, ainda que de forma contraditória, com a sociobiodiversidade amazônica, configurando uma possibilidade em aberto de sua vinculação a estratégias de fortalecimento econômico e político de agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais.

Palavras-chave: cacau, sociobiodiversidade, agricultura familiar, Amazônia.

ABSTRACT

Given the recognition of climate change as a social problem, the debate on land use in the Amazon has been the subject of disputes by different agents, who point to strategies that prioritize since the strengthening of regional sociobiodiversity until, others that see this context as a ‘window of opportunity’ for ‘green businesses’, whose leading role is played by corporations and financial agents. Cocoa, simultaneously a product of Amazonian sociobiodiversity and a global commodity, is an example of these disputes. This paper sought to reflect on the current cocoa production circuit and the implications for its affirmation as a product of sociobiodiversity. The study indicated that material and immaterial flows have reinforced hierarchies between places and the strengthening of corporate power, leading to dynamics that are little differentiated in relation to other commodities, imprinting a sense of productivism and territorial specialization that runs counter to the valorization of biological and social diversity. However, despite this focus on cocoa as a commodity, this crop continues to be produced primarily by family production agents, which maintains its link, albeit in a contradictory way, with Amazonian sociobiodiversity, configuring an open possibility of its link to strategies for the economic and political strengthening of family farmers and traditional peoples and communities.

Keywords: global production networks; cocoa; bioeconomy; Amazon.

1 INTRODUÇÃO

Os impactos das mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global são atualmente notados e discutidos em vários setores da sociedade e detalhados em estudos científicos com reconhecimento internacional, com destaque para os relatórios do IPCC. Dentre os diferentes vetores que impulsionam as mudanças climáticas, as atividades agropecuárias e o desmatamento têm desempenhado papel crucial, por serem responsáveis pelo aumento na emissão de gases de efeito estufa (IPCC, 2023). Fearnside (2022) chama a atenção para a importância da Amazônia nesse processo que, por meio das mudanças de uso da terra, tem contribuído de maneira significativa tanto com essas emissões decorrentes de desmatamento, queima de biomassa e aumento do rebanho bovino, quanto com a alteração na ciclagem da água e no regime de chuvas, dentro e fora da região.

Esse contexto tem sido mobilizado de diferentes formas pelas principais posições que disputam as perspectivas e as prioridades para o uso da terra na Amazônia. À primeira vista, o principal embate tem se dado na oposição entre as forças sociais articuladas em torno do negacionismo climático e do aprofundamento de formas convencionais de exploração da região com base na mineração, pecuária e monoculturas, e outras forças sociais, que se articulam em torno de uma ideia geral de que é possível impulsionar um desenvolvimento econômico cientificamente inovador baseado na valorização da biodiversidade e dos serviços ambientais (Nobre, 2016; Fearnside, 2022; Abramovay, 2019, 2022).

O conceito de bioeconomia, por exemplo, vem sendo mobilizado em torno dessa proposta geral de um desenvolvimento econômico que valorize a biodiversidade e os serviços ambientais na Amazônia. No entanto, trata-se de um conceito emergente e ainda em disputa, com múltiplas definições em circulação. Dentre essas, a formulação de uma bioeconomia bioecológica, proposta por Costa *et al.* (2022), visa reforçar a importância de se considerar os sistemas produtivos e os produtos associados à sociobiodiversidade amazônica, juntamente com suas respectivas cadeias de valor e seus agentes locais como centrais nesse processo. A sociobiodiversidade expressa a inter-relação entre a diversidade biológica e a diversidade de sistemas socioculturais que promovem cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares (Silva; Castro, 2013; Brasil, 2009).

O debate em torno das definições de bioeconomia e sua relação com a valorização da sociobiodiversidade revela que o campo em torno das proposições alternativas para um paradigma de uso da terra na Amazônia, capaz de mitigar as mudanças climáticas, não se configura homogeneamente. Bringel e Svampa (2023), por exemplo, identificam que, por trás de uma tentativa de estabelecimento de um consenso da descarbonização na América Latina, há uma busca de imposição de uma visão reducionista da problemática ambiental, fortemente associada a uma janela de oportunidade para a acumulação de capital baseada em ‘negócios verdes’ associados à promoção de fundos privados, à financeirização da natureza e à ampliação do poder corporativo. Em uma linha de continuidade com o consenso das *commodities*, a descarbonização reforça uma visão de que não há alternativas para o enfrentamento dos problemas ambientais além das proposições apresentadas por atores não democráticos, como grandes corporações, agentes financeiros e organizações internacionais. Isso indica a atribuição de um papel secundário e subordinado para povos e comunidades do campo.

A expansão da produção de cacau na Amazônia pode ser considerada um exemplo emblemático das disputas em torno das distintas concepções de valorização de formas do uso da terra baseadas em paisagens agroflorestais e de cadeias de valor ligadas à sociobiodiversidade, mas também de quais agentes assumem maior protagonismo na estruturação dessas cadeias e quais sentidos imprimem aos territórios. Afinal, o cacau é considerado um dos principais produtos associados à sociobiodiversidade amazônica (Costa *et al.*, 2021), mas também uma importante *commodity* inserida em um circuito produtivo mundializado, bastante hierarquizado e controlado por grandes corporações globais.

Sua expansão no estado do Pará tem recebido amplo apoio institucional envolvendo uma série de agentes dos setores público e privado, visível em aparatos normativos e projetos, tais como: o “Plano de Bioeconomia do estado do Pará” (Pará, 2022); o “Procacau”, da Secretaria de Estado e do Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca – SEDAP (2011-2019) (Pará, 2025); a Instrução Normativa conjunta da Secretaria de Meio Ambiente do estado do Pará (Semas) e do Ideflor-Bio Nº 07/2019 (Pará, 2019), que dispõe sobre o uso do cacau para recomposição da Reserva Legal; o “Currículo da Sustentabilidade do Cacau”, de 2021 (Currículo [...], 2022), documento organizado por vários agentes; a cartilha intitulada “O Negócio da Cacaucultura” (ITV, 2023), organizada pelo Instituto Tecnológico Vale, da empresa Vale S.A.; e outras normas e ações por distintos agentes e setores.

Mediante o apoio recebido, a produção de cacau no estado do Pará apresentou uma expansão significativa nos últimos anos (Costa *et al.*, 2021). Em 2019, o estado superou a Bahia e tornou-se o principal polo produtor de cacau do Brasil (IBGE, 2023). No entanto, como destacam Folhes e Serra (2023), esse crescimento ocorre em meio à disputa entre duas distintas trajetórias tecnológicas ou paradigmas produtivos. Assim, observa-se a expansão de sistemas produtivos que, embora contribuam para uma recomposição florestal, têm se baseado cada vez mais em monoculturas e em sistemas técnicos caracterizados por simplificação e especialização, aproximando-se cada vez mais da lógica industrialista de outras *commodities* agrícolas.

Tomando esse contexto como ponto de partida, este trabalho busca refletir sobre como está estruturado o atual circuito de produção do cacau e quais suas implicações para sua afirmação como um produto da sociobiodiversidade no estado do Pará. Para realizar essa reflexão, guiou-se pela dupla conceitual ‘circuito espacial de produção’ e ‘círculos de cooperação no espaço’ enquanto ferramenta teórico-metodológica que permite compreender a espacialidade da produção-circulação, expressa por meio de seus fluxos materiais e imateriais, assim como a importância dos agentes socioeconômicos, seus interesses e estratégias, e as hierarquias das relações de poder que estabelecem por meio dos seus círculos de cooperação no espaço¹ (Santos, 1986; Castillo; Frederico, 2010; Moraes, 2017).

Ao expressarem a espacialidade dos circuitos de produção, considerando suas múltiplas escalas, esses conceitos levam à reflexão sobre como se estrutura a divisão territorial do trabalho e as hierarquias entre os lugares. A divisão territorial do trabalho cria as condições para a especialização produtiva dos lugares, o que não significa uma homogeneização total, mas um impulso permanente a ela, dado pelas relações capitalistas e seus agentes principais, as corporações transnacionais, que tendem a fragilizar sua posição na hierarquia dos lugares (Arroyo, 2001).

Desde essas problematizações teóricas, pode-se questionar se a expansão das lavouras cacauzeiras no estado do Pará e sua inserção no atual circuito espacial de produção podem reforçar a estruturação de cadeias produtivas da sociobiodiversidade ou, ao contrário, aprofundar uma especialização produtiva em *commodities* que apenas inclua um componente

¹ Os círculos de cooperação no espaço são entendidos como as relações estabelecidas entre lugares e agentes de determinado circuito por meio de fluxos de informações, envolvendo tanto a dimensão econômico-geográfica quanto a político-ideológica (Santos; Silveira, 2006).

arbóreo mais afeito aos ‘negócios verdes’ na sua conformação enquanto um complexo territorial do agro-mínero-negócio. Ao contrário da especialização produtiva em *commodities*, a perspectiva da sociobiodiversidade, por mais que seja lida a partir de uma cadeia específica, pressupõe uma diversificação produtiva na escala do território que amplie a autonomia relativa dos grupos sociais locais, não apenas na organização da produção e circulação, mas na configuração territorial mais geral, com vistas a garantir sua reprodução social enquanto camponeses e povos e comunidades tradicionais.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em três partes. Na primeira, se propõe compreender o cacau como um produto da sociobiodiversidade amazônica, analisando sua domesticação em conexão com a produção da floresta biocultural amazônica e sua transformação em mercadoria colonial, articulada à emergência de um campesinato caboclo na região e à formação de paisagens agroflorestais. Na segunda parte, analisa-se a trajetória histórica de formação do atual circuito espacial mundializado de produção do cacau, refletindo-se sobre as transformações e deslocamentos espaciais das áreas de produção e a conformação de um círculo de cooperação comandado por grandes corporações globais. Na terceira parte, analisam-se as dinâmicas do atual circuito de produção, tendo o estado do Pará como referência principal, mobilizando dados sobre produção, trabalho e fluxos de circulação. Por último, nas considerações finais, apresentam-se reflexões sobre como essas características se relacionam com as tensões entre a afirmação do cacau enquanto uma cadeia produtiva da sociobiodiversidade ou uma atividade que aprofunda a especialização dos territórios como produtores de *commodities*.

2 O CACAU E A SOCIOBIODIVERSIDADE AMAZÔNICA

O cacau é uma espécie florestal de sub-bosque cuja domesticação tem origem nas proximidades do Rio Amazonas e seus afluentes, na atual fronteira entre Brasil, Equador, Colômbia e Peru (Wickizer, 1951 *apud* Zarrillo; Black, 2022), de onde se dispersou para diversos territórios da América Central por meio de um processo de manejo agroflorestal e trocas interculturais ao longo de pelo menos cinco mil anos (Zarrillo *et al.*, 2018). Evidências genéticas e fontes etno-históricas indicam uso das sementes como remédio e alimento, consumo da polpa fresca como suco ou bebida alcoólica fermentada e manipulação de casca e folhas para extrações medicinais e infusões. Tais usos foram fundamentais para as circulações e trocas precoces

de plantas no período pré-colonial, em um intercâmbio intercontinental que levou o cacau para regiões distantes, onde ganhou outros significados e importância (Zarrillo *et al.*, 2018; Zarrillo; Black, 2022).

O conhecimento atual sobre o processo de domesticação do cacau, assim como de inúmeras outras plantas amazônicas, reforça que a relação dos povos originários da Amazônia com a natureza não se restringiu à caça, à coleta e a modificações no ecossistema somente pela eliminação de animais e plantas. Dessa forma, também desenvolveram práticas de manejo e domesticação das espécies e das paisagens, transformando ativamente o ecossistema. Uma gama crescente de estudos fundamentados na arqueologia e na genética vem mostrando que a diversidade amazônica expressa uma complexa interação socioambiental que envolveu pessoas, animais e plantas ao longo de milhares de anos e que deu origem a uma floresta antropogênica (Balée, 2008 *apud* Furquim *et al.*, 2021), em que, mais do que uma domesticação de plantas isoladamente, significou um processo de domesticação de paisagens (Clement, 2019).

A domesticação do cacau, portanto, como parte de um processo bastante complexo de coevolução entre populações ancestrais e a produção de uma paisagem florestal biodiversa, legou o conhecimento do manejo e uso dessa planta tanto em seu território de origem na Amazônia, como além. Esse legado configurou uma distribuição genética e espacial ampla, incidindo em uma diversidade de sabores e aromas. Nos territórios maias e astecas da Mesoamérica, por exemplo, o cacau ganhou grande importância social, desde bebida sagrada até meio de troca, chamando a atenção dos colonizadores espanhóis, já no final do século XVI, o que impulsionou sua transformação em mercadoria colonial e matéria-prima para o desenvolvimento do chocolate na Europa (Coe; Coe, 1996).

A transformação do cacau em mercadoria colonial também impactou a colonização do que atualmente chamamos de Amazônia, colocando esse produto como uma das principais 'drogas do sertão' exportadas ao longo dos séculos XVII a XIX, quando perdeu relevância frente ao *boom* da borracha e, posteriormente, à produção cacaueira da Bahia. Sua crescente importância econômica levou, ao longo do século XVIII, a um maior incentivo da Coroa para a implantação de cultivos da espécie, incluindo a importação de escravos africanos, formando as áreas produtoras do Baixo Amazonas e do Baixo Tocantins (Alden, 1974; Acevedo; Castro, 1998; Chambouleyron, 2014; Bezerra Neto, 2020; Martins; Melo, 2021). Em que pese as estatísticas da época não diferenciarem o cacau 'manso' e o cacau 'bravo', ou seja, o

cacau plantado e o coletado na floresta, os impulsos à formação de lavouras não significaram o fim da produção extrativista, mas, ao contrário, levaram a uma complementaridade entre roça e 'sertão' característica de uma territorialidade e uma economia 'agroextrativista'.

Costa (2010) chama a atenção de que, no século XVIII, com as transformações no regime colonial, marcadas pela substituição dos aldeamentos religiosos pelos diretórios civis, pouco depois dissolvidos, houve a emergência de um campesinato caboclo amazônico formado por famílias nucleadas com forte herança indígena. Essa herança lhes conferiu conhecimento profundo da natureza, mas experiências prévias e duradouras no mundo das mercadorias lhes desestimulou uma vida autárquica no interior da floresta. Essas características fizeram desse campesinato caboclo a principal estrutura produtiva da época, fortemente ligada à produção agroextrativista do cacau e outros produtos da floresta, em associação a um também emergente sistema de comercialização local, formado por marreteiros, regatões e aviadores. Esta unidade estrutural, entre produção e comercialização, se fortaleceu por fora do controle do sistema produtivo dominante e se ampliou com novos contatos interculturais entre esses camponeses caboclos, indígenas destribalizados e negros fugitivos da escravidão. Isso conformou as bases da sociobiodiversidade amazônica contemporânea.

3 FORMAÇÃO HISTÓRICA DOS POLOS PRODUTIVOS VINCULADOS AO ATUAL CIRCUITO ESPACIAL DO CACAU

À medida que o cacau foi ganhando importância econômica no comércio mundial, a colonização portuguesa promoveu a implantação de novos centros produtivos que foram chaves para a estruturação do seu circuito espacial de produção. O primeiro deles se deu com o envio de sementes do Grão-Pará para a sede do governo geral do Brasil, em Salvador, com registros iniciais ainda no séc. XVI, mas assumindo forma sistemática a partir de meados do século XVIII. O segundo deslocamento espacial importante ocorreu no início do século XIX, frente à iminência da independência do Brasil, quando a coroa portuguesa enviou 'caixas de pequenos cacaeiros' para São Tomé e Príncipe e, de lá, para outras partes da África, promovendo não apenas o transplante de mudas, mas de todo o sistema de produção baiano, incluindo as divisões do trabalho do escravismo, as recomendações técnicas e os equipamentos ali desenvolvidos (Walker, 2007).

Com isso, ao longo do século XIX, houve um deslocamento do centro de produção do cacau da Amazônia para a Bahia, que se explica por diversos fatores, como: a expansão da produção de borracha na Amazônia; a expansão de lavouras plantadas na Bahia, mesmo que consorciadas com outras espécies ou em ‘cabruca’, facilitando a colheita e o controle da produção; a decadência da atividade canavieira nordestina; o aumento da demanda e do preço do cacau no mercado internacional e sua consequente valorização (Chiapetti, 2009). Nas primeiras três décadas do século XX, o cacau tornou-se a principal atividade econômica do sul baiano, ocupando a maior parcela da mão de obra local, com fluxos econômicos tanto no espaço rural quanto no urbano (Aguiar; Pires, 2019).

A partir da década de 1930, como o processo de industrialização do centro-sul brasileiro, a crescente urbanização e as alterações nas relações inter-regionais, teve lugar uma série de transformações que também alcançaram a produção de cacau baiano. Piasentin e Saito (2014) indicam uma série de mudanças institucionais ligadas à estruturação da lavoura cacauzeira na Bahia, dadas pela criação do Instituto do Cacau da Bahia (ICB), em 1937, e da Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC), em 1957. Essas instituições foram centrais para a (re)configuração de um círculo de cooperação em torno da produção cacauzeira, fortalecendo um ideário produtivista no âmbito político-institucional, no qual o desenvolvimento tecnológico e as forças políticas e institucionais direcionaram os agricultores para a adoção de formas de produção de cacau mais intensivas, fomentando o método de cultivo de “derruba total”, sustentado em insumos industriais, como fertilizantes químicos, pesticidas e herbicidas sintéticos, substituindo os sistemas “cabruca” e de “corte e queima”.

Com o I Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) e a Política de Integração Nacional (PIN), implementados pelo governo militar, a produção de cacau passou por novos deslocamentos espaciais no Brasil, tendo sido estimulada junto a parte dos projetos de colonização no âmbito do PROTERRA (Alvares-Afonso, 1979; Silva, 2007). Entre 1976 e 1985, a CEPLAC, em conjunto com o Banco do Brasil e outros órgãos governamentais, implementou o Programa de Diretrizes para a Expansão da Cacaucultura Nacional (PROCACAU), lançado em 1974, com o objetivo de expandir a atividade para vários estados do Brasil em articulação com órgãos estaduais e municipais.

O Procacau tinha como meta, entre outras, realizar a implantação de 170 mil hectares de cacau na Amazônia, abrangendo os estados do Pará,

Rondônia, Mato Grosso, Maranhão, Acre e Goiás (Mendes, 2005). Nesse contexto, na década de 1970, a política de expansão do cacau na região amazônica definiu os atuais polos cacauzeiros do estado do Pará, com destaque para o polo cacauzeiro de Altamira, nele inclusos os municípios de Brasil Novo e Medicilândia, localizado às margens da rodovia Transamazônica no sudoeste paraense e assentado sobre manchas de terras de alta fertilidade. Esse polo ilustra como a nova espacialização buscou incorporar ecossistemas de terra firme e novos modelos tecnológicos aos sistemas de produção baseados em um paradigma industrialista de agricultura (Alvares-Afonso, 1979; Folhes; Serra, 2023).

No período mais recente, frente ao novo impulso à lavoura cacauzeira no estado do Pará, novas áreas de produção começam a se desenhar levando a uma expansão desde a região sudoeste em direção ao sudeste. Nesta região, os municípios de São Felix do Xingu, Tucumã e Novo Repartimento já apresentam lavouras e produções significativas. Além deles, em outros municípios do sudeste paraense, as ações locais de estímulo ao plantio de cacau têm sido recorrentes, tanto na forma de eventos, palestras e cursos de capacitação promovidos por órgãos públicos e ONGs, como programas de distribuição de sementes e mudas. Entre 2020 e 2023, foram distribuídas pelo governo do estado, por meio do IDEFLOR-Bio, mais de dois milhões de sementes de cacau para a produção de mudas por parceiros locais no sudeste paraense. Esta iniciativa, no âmbito do projeto PROSAF e da Ação de Expansão do Cacau no Sul e Sudeste do Pará, envolveu atividades em 26 dos 39 municípios que compõem a mesorregião, em parceria com as secretarias de agricultura locais, sindicatos, cooperativas, entre outros, para a produção e distribuição de mudas (Ideflor-Bio, 2024).

Essa longa trajetória de deslocamentos e expansões das áreas de produção do cacau, desde sua produção colonial na área da atual Amazônia brasileira, portanto, incluiu: a consolidação da lavoura cacauzeira no estado da Bahia; o seu deslocamento para o continente africano, atualmente o maior centro produtor mundial; e o retorno à Amazônia em novas bases tecnológicas e espaciais, o que Porto-Gonçalves (2001) chamou de uma transformação no padrão de organização do espaço de rio-várzea-floresta para estrada-terra firme-subsolo. Para além de áreas produtivas isoladas, no entanto, esses núcleos produtores se articulam espacialmente no que se pode denominar circuito espacial do cacau, que será detalhado no tópico seguinte.

4 O ESTADO DO PARÁ E O CIRCUITO ESPACIAL DE PRODUÇÃO DO CACAU

O circuito espacial de produção do cacau possui a maior parte de sua base produtiva em regiões tropicais, as quais oferecem ótimas condições edafoclimáticas para o cultivo, tais como chuvas abundantes e bem distribuídas, temperatura, solos férteis e bem drenados (Bartley, 2005; Asare; David, 2014 *apud* Zarrillo; Blake, 2022). Essas características, somadas à tecnologia disponível, asseguram as condições de produção e competitividade aos centros de comando do circuito, geralmente localizados em regiões externas. Atualmente, os principais produtores mundiais de cacau são: Costa do Marfim (37,96%); Gana (18,87%); Indonésia (11,36%); Equador (5,74%); Camarões (5,11%); Nigéria (4,77%); e Brasil (4,66%), cujas áreas, somadas, representam 88,7% do total mundial (FAO, 2024).

O Brasil alcançou sua maior produção em 1985, reduzindo-a a partir de então em função da crise fitossanitária da vassoura-de-bruxa (*Moniliophthora perniciosa*). Alguns autores indicam que o pico da produção nesse período resultou da intensificação da lavoura nos anos anteriores, no período da modernização agrícola conservadora. A produção intensiva tanto alcançou melhores resultados rapidamente como também se tornou mais susceptível a pragas e doenças, reduzindo o tempo de vida útil das lavouras (Piasentin; Saito, 2014). A partir desse período, os países da África se consolidaram no setor, com a maior produção nacional, atualmente, concentrada na Costa do Marfim e em Gana que, somadas, alcançam cerca de 2,8 milhões de toneladas por ano (FAO, 2023).

Em que pese a grande produção, a participação desses países no mercado mundial se dá a partir de produtos de baixo valor agregado, sendo que as amêndoas inteiras ou quebradas representam cerca de 57,2% do volume exportado (Brainer, 2021a). Na escala das unidades de produção, predominam estabelecimentos especializados e que recebem baixos preços pelo produto, o que limita sua capacidade de investimento no manejo das lavouras, contribuindo para uma baixa produtividade por área (Moda; Boteon; Ribeiro, 2019). Com isso, o aumento da produção vem se dando em função da ampliação da área de plantio e, conseqüentemente, do avanço sobre novas áreas, incluindo florestas nativas recém desmatadas que oferecem melhores condições de solo e fertilidade (Monnier, 2016; Ross, 2017).

A produção mundial se destina a diversos segmentos da indústria alimentícia e farmacêutica, conformando um circuito extenso com inúmeros

agentes, mas com uma divisão territorial do trabalho bem definida, baseada na distribuição espacial da produção desde a matéria-prima até a industrialização. Tomando como referência a cadeia produtiva do chocolate, que é o principal produto derivado do cacau em termos de valor agregado, há uma especialização da produção industrial na Alemanha (19%), Bélgica (16%), Turquia (9%) e Itália (8%) (FAO, 2024). Nesse cenário, a industrialização e o consumo do chocolate ocorrem distantes de sua base produtiva, concentrando-se nos países da Europa, demonstrando a concentração do valor, tendo em vista que o circuito reflete o processo de acumulação de capital que ocorre em cada etapa do processo produtivo.

Dessa forma, o circuito de produção do cacau conecta distintas escalas e se estende por diversos países com uma divisão territorial do trabalho bem definida, onde a quase totalidade da produção das amêndoas ocorre distante das indústrias que, por sua vez, concentra o beneficiamento e a agregação de valor, formando uma hierarquia do circuito, entre os países que produzem a matéria prima e os que industrializam e comercializam. A divisão territorial do trabalho transparece uma das características mais marcantes da cadeia do cacau: a oligopolização do seu processamento em chocolate no mercado mundial. A concentração de poder das empresas transnacionais contribui para que elas dominem diversas cadeias de alimentos e, no caso do cacau, contribui para estabelecê-lo como uma importante *commodity* mundial.

A industrialização, enquanto a etapa mais dinâmica do circuito de produção cacauero, é controlada por poucas indústrias no mercado internacional (Almeida, 2008). Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho – OIT (OIT, 2018), que analisa a cadeia produtiva do cacau, mais de 5,5 milhões de agricultores são responsáveis pela produção mundial, enquanto na década de 1990 apenas 40 empresas executavam a moagem das amêndoas, sendo que em 2018 havia se reduzido para 09 empresas. Essa situação demonstra uma tendência de concentração e desigualdade. Em termos continentais, de acordo com o relatório do ICCO de 2021, mais da metade do cacau é processado por regiões não produtoras do fruto, sendo que a Europa foi responsável por 36% do processamento e os Estados Unidos (EUA) por 8% em 2019/2020. Por outro lado, Costa do Marfim, que na época representava 45% da amêndoa produzida mundialmente, industrializou apenas 13% do volume global (ICCO, 2021 *apud* Silva; Machado, 2023).

A industrialização de chocolate nas zonas produtoras, contudo, teve algum crescimento nos períodos mais recentes como parte das novas formas

de governança das empresas transnacionais (Amim; Pena, 2013). Segundo essa estratégia, as indústrias que dominam a cadeia de cacau e chocolate ampliaram algumas de suas atividades econômicas por meio de empresas subsidiárias ou por *joint-ventures* nos principais países produtores de cacau, como Costa do Marfim, Gana, Indonésia e Brasil, buscando a verticalização e a ampliação dos lucros. Nesse sentido, a moagem das amêndoas de cacau, que até meados dos anos 1980 foi uma função exclusiva dos países europeus, mas com participação de várias empresas, também passou a ser realizada mais recentemente nas zonas produtoras de cacau e por um número reduzido de empresas, aumentando a concentração do setor (Amim; Pena, 2013).

O mercado do chocolate é historicamente desenhado por algumas empresas transnacionais. As empresas Barry-Callebaut, Cargill, Archer Daniels Midland (ADM) dominam o setor mundialmente e se caracterizam pelo seu poder de atuação, dada a diversidade e verticalidade de suas operações (Amim; Pena, 2013). Algumas das maiores marcas de chocolate do mundo também possuem fábricas no Brasil, mais precisamente nas regiões Sudeste e Sul do país, longe das regiões produtoras de cacau; são elas: Nestlé, Mondelez, Ferrero, Arcor, Mars e Hershey's (Christ, 2020). No país, o processamento do cacau também é concentrado em três empresas moageiras: Barry Callebaut, Cargill e Olam, que juntas realizam entre 93% e 95% da moagem, segundo a AIPC (AIPC, 2024).

A inserção do Brasil no circuito mundial apresenta um diferencial, pois é tanto exportador como importador de matérias-primas e possui em seu território todas as etapas do processo produtivo, desde a produção na lavoura até o processamento industrial e o consumo final de chocolate e outros derivados, sendo que a maior parte dos produtos exportados apresenta algum grau de processamento. Dessa forma, o país realiza o processamento de todo o cacau produzido nacionalmente, chegando ainda a importar cerca de 19% das amêndoas para atender sua demanda (Silva; Machado, 2023). Segundo Brainer (2021b), essas relações se explicam pelo fato de que o Brasil é um intermediário no abastecimento da cadeia produtiva de chocolate, importando cacau inteiro ou partido do continente africano, de origem na Costa do Marfim, Gana, Indonésia e Malásia, e exportando preparações de cacau e chocolate.

Em 2023, o Brasil exportou mais de 80 mil toneladas de cacau e seus derivados, e os principais destinos foram: Argentina, com 34,2%; Estados Unidos, com 8,3%; e Chile, com 8,2%, segundo dados da plataforma Comex

Stat (Brasil, 2024). A maior parte dos produtos exportados para esses destinos consiste em itens com algum nível de processamento, destacando-se o cacau em pó sem adição de açúcar. Segundo Frank *et al.* (2017), as orientações de exportações para a Argentina se dão devido à sua proximidade geográfica e participação no mesmo bloco econômico: o Mercosul. Nesse contexto, a Argentina pode ser um elo no circuito por meio da presença de plantas moageiras, que conectam o cacau produzido no Brasil a outras regiões em que ele é industrializado e consumido, atuando como um subespaço especializado, solicitado de acordo com a demanda global.

Em relação à produção primária, seis estados se destacam como base do circuito: Bahia, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Amazonas e Mato Grosso. Segundo dados da Produção Agrícola Municipal, em 2019, o Pará superou a Bahia e passou a liderar o ranking da produção nacional, chegando a 53% em 2020. No ano de 2024, o Pará produziu 46,2%, seguido pela Bahia, com 46,1%. Já o Espírito Santo produziu 4,1% e Rondônia, 2,9% (IBGE, 2024). A produção de cacau foi amplamente impulsionada nos estados da Amazônia a partir da década de 1970, no âmbito de programas de integração econômica e colonização, mas a Bahia manteve a hegemonia da produção até o período recente.

Em Rondônia, por exemplo, houve um crescimento expressivo na produção de cacau, mas logo decaiu, saindo de 20 mil toneladas em 2006 para cerca de cinco mil na safra de 2018/19. A importância, a crise e o declínio da produção rondoniense são alvo de diversas pesquisas (Lima; Rocha, 2020; Teixeira Neto, 2017; Santos, *et al.*, 2023). Teixeira Neto (2017) indica que o aumento da produção de soja e de gado bovino são os principais fatores de influência na redução da produção de cacau no Estado. Esse fenômeno demonstra a efetividade do agronegócio especializado e globalizado nas disputas territoriais na região amazônica durante o processo de reprimarização das exportações e *boom* das *commodities*.

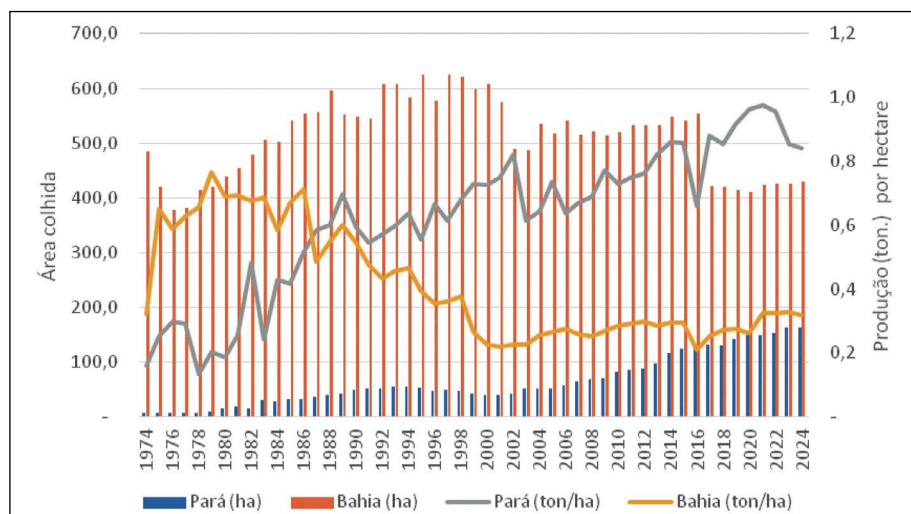
Por outro lado, nos governos Lula I e II (2003-2014), as políticas agrícolas passaram a ser caracterizadas por uma tentativa de conciliar a agricultura familiar com o agronegócio. Embora permanecesse evidente a desigualdade na distribuição de recursos entre esses setores, o cacau foi incluído entre as culturas prioritárias, em um período marcado tanto pelo fortalecimento do agronegócio exportador quanto pela valorização da agricultura familiar como eixo central da economia nacional (Grisa, 2022). O governo do estado do Pará acompanhou esse processo, criando o Programa de Crescimento e Consolidação da Cacaucultura no estado do

Pará (PAC CACAU-PA) e o Fundo de Apoio à Cacaucultura do estado do Pará (FUNCACAU), por meio da Lei 7.093/2008, fortalecendo, a partir de então, a produção no Estado (Pará, 2008).

Nesse momento, novos padrões foram estabelecidos, impondo uma organização da produção segundo exigência dos mercados internacionais compradores, a que o espaço passou a se submeter com mais intensidade. Nesse contexto, os padrões e exigências que ditam a especialização do território se tornam cada vez mais articulados e sofisticados em termos de produtividade, recaindo sobre uma produção que, na região amazônica, é predominantemente familiar.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017, no Brasil, existem mais de 93 mil estabelecimentos produtores de cacau. Bahia e Pará possuem 69.022 e 18.140 estabelecimentos, respectivamente. Assim, a Bahia conta com 74% dos estabelecimentos e o Pará com 19,4%. Com relação à área de produção, a Bahia possui 392.928 hectares, o equivalente a 78%, e o Pará possui 95.360 hectares, o equivalente a 18,92% (IBGE, 2023).

Figura 1 – Área colhida (ha) e produtividade (ton/ha) nos estados da Bahia e Pará



Fonte: IBGE (2024).

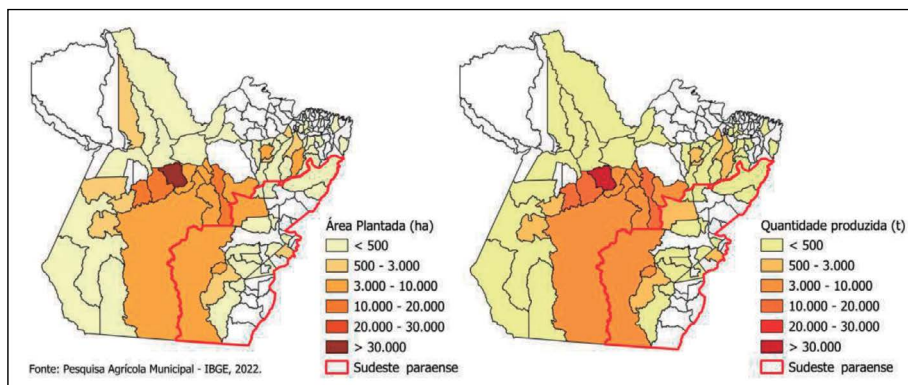
A recente ascensão da produção do estado do Pará, quando comparado à Bahia, resulta de algum nível de alteração na área colhida e um significativo diferencial de produtividade entre esses dois estados ao longo de sua série histórica (Figura 1). Nota-se que a Bahia sofreu reduções na sua área colhida, mantendo-se, a partir de 2016, em torno de 400 mil hectares, ao passo que, no estado do Pará, houve um crescimento contínuo da área colhida desde

meados da década de 2000, alcançando 163,4 mil hectares em 2024 (IBGE, 2024). Quanto à produtividade, entre 2020 e 2024, o Pará produziu em torno de 916,4 kg de amêndoas por hectare, quase o triplo da Bahia, que produz em torno de 312,0 kg por hectare. Dessa forma, o Pará, apesar do menor número de estabelecimentos e uma área de produção menor que a Bahia, possui a maior produtividade por área entre todos os estados (IBGE, 2024).

A região de maior produção de cacau no estado do Pará está localizada nos municípios às margens da Rodovia Transamazônica, onde foi implementado, durante o regime militar, o principal polo cacaueiro (Alvares-Afonso, 1979). Destacam-se Medicilândia, Uruará e Altamira, que juntos correspondem a 57,1% da produção do Estado (IBGE, 2017), com alta produtividade, garantida pela presença de terra roxa e condições naturais ideais para a lavoura (Alves Junior, 2013). Além disso, incentivos governamentais e a atuação da Ceplac foram fundamentais para a consolidação da atividade produtiva nesses municípios.

A produção de cacau tem se expandido também no sudeste paraense, sendo que os principais municípios produtores nessa mesorregião são: São Félix do Xingu, com produção registrada no último censo agropecuário de 3.927 t; Tucumã, com produção de 2.666 t; e Novo Repartimento, com produção de 1.358 t (IBGE, 2017). Em menor medida, esta produção também tem se expandido para outros municípios da mesorregião (Figura 2).

Figura 2 – Distribuição espacial da área plantada (hectares) e quantidade produzida de amêndoas de cacau por município no estado do Pará em 2022



Fonte: IBGE (2022).

O aumento da área plantada e da produção foi captado em um estudo mais detalhado sobre os produtos da sociobiodiversidade, que abrangeu algumas regiões do estado do Pará. Nele, o cacau se mostrou como uma

das economias de maior relevância, atrás apenas do açaí, com taxas de crescimento de 13% ao ano entre 2006 e 2019 (Costa *et al.*, 2021). Sua inclusão geral como um produto da sociobiodiversidade se justifica não tanto pelos sistemas de produção adotados, já que ela se dá em: sistemas tradicionais de várzea, em que prevalecem plantas de origem nativa com características sensoriais de sabor e aroma superiores; sistemas agroflorestais, com predomínio de plantas híbridas; monoculturas ensolaradas, com plantas clonais ou híbridas (Silva *et al.*, 2024), mas por estarem majoritariamente associadas à agricultura familiar. Segundo o último censo agropecuário, no Pará, 68,8% da quantidade de cacau produzida é proveniente da agricultura familiar, enquanto na Bahia esse percentual é de 48,6% (IBGE, 2024).

Ao longo do seu encadeamento, este circuito ocupa uma grande quantidade de mão de obra em comparação, por exemplo, com a pecuária. Na lavoura de cacau, são necessários cerca de cinco trabalhadores por hectare (Schroth *et al.*, 2016). Especificamente na cadeia produtiva do cacau paraense, o emprego da mão de obra totaliza 38,7 mil trabalhadores, sendo que 64% atuam diretamente na produção rural e 14% no comércio (Costa *et al.*, 2021).

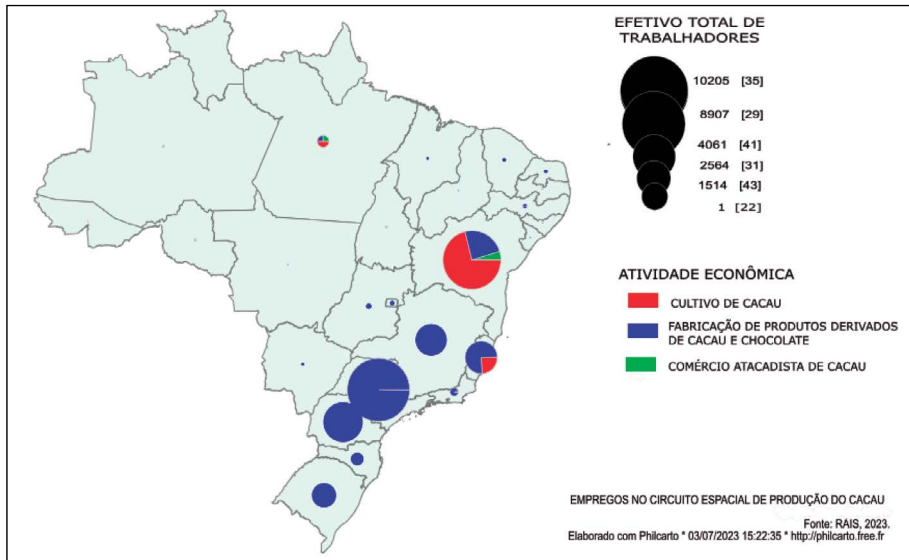
O município de Medicilândia concentra o maior número de pessoas ocupadas na lavoura de cacau, com 8.765, sendo 5.651 na agricultura familiar e 3.114 na agricultura patronal, seguido de Uruará, com 5.217 pessoas ocupadas, sendo 4.049 na agricultura familiar e 1.168 na patronal. Já no município de Altamira há 2.999 pessoas ocupadas, sendo 2.761 na agricultura familiar e 238 na patronal, e Brasil Novo com 3.101, sendo 2.429 na agricultura familiar e 672 na patronal. Na área de expansão do sudeste paraense, destacam-se: São Félix do Xingu, com 1.961 pessoas ocupadas, sendo 1.789 na agricultura familiar e 172 na patronal; seguido por Tucumã, com 1.337 pessoas ocupadas, sendo 986 na agricultura familiar e 351 na agricultura patronal; e Novo Repartimento, com 734 pessoas ocupadas, das quais 639 estão na agricultura familiar e 95 na patronal (IBGE, 2017).

A relevância da produção cacauêira em termos de trabalho familiar rural no estado do Pará, no entanto, não se reproduz em termos gerais de trabalho no conjunto da cadeia, especialmente considerando os vínculos de trabalho formal apresentados pela Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que apresenta um dos menores índices no circuito produtivo do cacau como um todo (Figura 3). Considerando os vínculos formais de trabalho nas distintas etapas do circuito, como cultivo, comércio atacadista e fabricação de produtos derivados de cacau e chocolate, têm-se apenas 374 registros no

Pará (1,19% do total), sendo 187 no cultivo, 97 no comércio atacadista e 90 na indústria de derivados de cacau e chocolate (RAIS, 2023).

A maior parte dos empregos formais do circuito encontra-se na região Sudeste, no estado de São Paulo, com 10.205 vínculos, representando 32,65% com relação ao total, estando a maioria ligada à atividade de fabricação de derivados e chocolate (10.176), ou seja, à indústria. A Bahia é o segundo estado com mais vínculos empregatícios e com o maior equilíbrio e diversificação econômica entre as atividades, sendo 8.907 vínculos, representando 28,50% com relação ao total. Desses vínculos, 6.326 empregos são gerados no cultivo, 2.159 na indústria de processamento e 422 no comércio atacadista (RAIS, 2023).

Figura 3 – Empregos formais no circuito de produção do cacau no Brasil no ano de 2021



Fonte: RAIS, (2023).

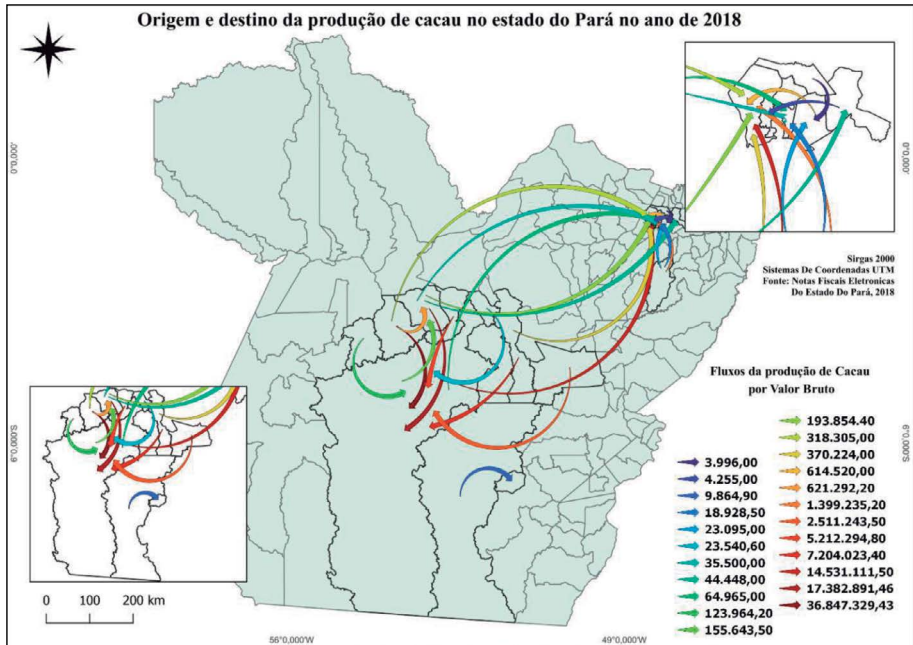
Essa disparidade entre o trabalho familiar envolvido na lavoura cacaeira e a quantidade de vínculos formais de trabalho reflete a contradição de que, embora seja líder em produtividade e quantidade produzida, o estado do Pará processa apenas cerca de 1% das amêndoas de cacau (Silva, 2017 *apud* OIT, 2018), enquanto a Bahia é responsável por cerca de 90% do processamento realizado no Brasil, com três indústrias moageiras multinacionais, situadas no município de Ilhéus (Gomes; Pires, 2015 *apud* OIT, 2018).

Em termos de estruturação do circuito espacial no estado do Pará, como parte dos impulsos ao aumento da produção, têm sido instalados armazéns de grandes indústrias alimentícias com o intuito de comprar a matéria-prima para abastecer as grandes moageiras localizadas nos estados da Bahia e de São Paulo. Segundo a visão de Lima e Rocha (2020), esse modelo de inserção e de crescimento da atividade nos territórios tende apenas ao desenvolvimento da região onde se encontram instaladas as indústrias, e não das regiões onde é produzida a matéria-prima, como os estados da região Norte. Isso reforça uma tendência de o estado do Pará apresentar uma inserção subordinada no circuito espacial como mero fornecedor de matéria-prima.

Embora o processamento local seja restrito, o circuito espacial de produção do cacau no Pará é complexo e territorialmente amplo. O transporte do cacau é uma operação muito especializada em função de diversos cuidados com as amêndoas, sendo uma etapa, em geral, realizada por grandes empresas proprietárias de condições logísticas de transporte avançadas em termos operacionais e tecnológicos (Amim; Pena, 2013). Segundo Costa *et al.* (2021), 98% da quantidade produzida no Pará passa por atravessadores, os quais abastecem as moageiras que encaminham a produção para a indústria extralocal, responsável por 99,7% da transformação da matéria-prima paraense.

A análise das notas fiscais eletrônicas do estado do Pará (NF-e), fornecidas pela Secretaria de Estado da Fazenda, indica que os fluxos intraestaduais, em termos de valor bruto da produção, destinam-se a dois principais polos receptores: os municípios de Altamira e Belém, sendo que o primeiro recebe os maiores quantitativos (Figura 4). Os fluxos intraestaduais de 2018 totalizaram R\$ 419.741.595,95. Desse montante, R\$ 379.825.662,05, o equivalente a 90,49%, corresponde aos destinados a Altamira e R\$ 28.983.793,65, o equivalente a 6,91%, corresponde aos destinados a Belém.

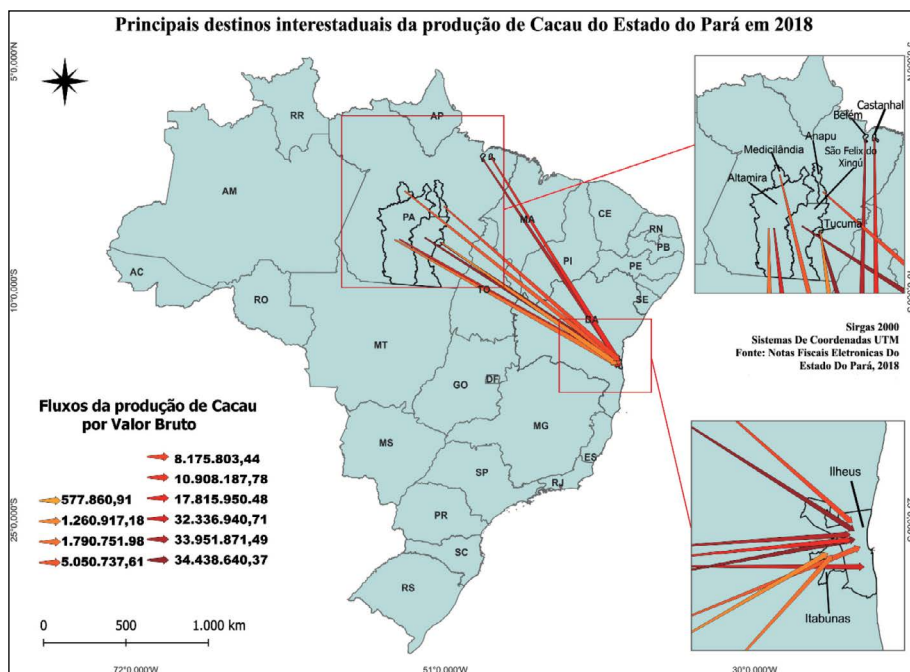
Figura 4 – Origem e destino dos principais fluxos intraestaduais de cacau (VBP) do estado do Pará em 2018



Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas do Estado do Pará, (2018).

Quanto aos principais fluxos interestaduais, eles saem, respectivamente, de Altamira (80,12%), Tucumã (12,65%), São Félix do Xingu (3,29%), Belém (1,5%) e Castanhal (0,95%), em sua maior parte com destino a Ilhéus e Itabuna (Figura 5). Esses fluxos correspondem principalmente ao cacau inteiro ou partido, que são adquiridos pela indústria moageira presente no estado do Pará e na Bahia. Quanto aos principais produtos processados, os principais fluxos correspondem ao cacau em pó e à manteiga de cacau. Os fluxos de cacau em pó correspondem a valores menores e circulam mais regionalmente, no estado do Pará e no Maranhão. Os principais receptores são os municípios de Santarém, Ananindeua e Belém. A manteiga e a pasta de cacau, produtos com maior grau de processamento, são enviados principalmente para os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. As principais origens são Benevides, Ananindeua e Santa Luzia do Pará.

Figura 5 – Origem e destino dos principais fluxos interestaduais de cacau (VBP) em 2018



Fonte: Notas Fiscais Eletrônicas do Estado do Pará, (2018).

A análise desses fluxos indica, portanto, um baixo grau de beneficiamento local. A circulação interna no Estado se dá, majoritariamente, via atravessadores, em direção aos municípios onde se localizam as moageiras e suas estruturas logísticas, onde há uma concentração da produção que é enviada in natura para a industrialização fora da região, sobretudo, na Bahia. A posição das indústrias moageiras é privilegiada, tendo em vista que o circuito se expande territorialmente de forma especializada e com baixos níveis de diversificação e verticalização. Dessa forma, a venda para moageiras por meio de atravessadores é a única forma de entrada na cadeia de produção de cerca de 98% dos produtores de cacau do Pará (Costa *et al.*, 2021). As principais moageiras que atuam na região são Cargill, Barry Callebaut, Ofi/Olam e a Indústria Nestlé.

Tais fluxos de comercialização indicam que, apesar das potencialidades econômicas, sociais e ambientais da produção cacauceira no Estado, ocorre uma inserção subordinada no circuito espacial de produção, uma vez que o polo hierárquico do mesmo se encontra na Bahia e no mercado internacional. Essa forma de expansão da produção de cacau impõe uma série de desafios

ao fortalecimento dessa cultura como elemento da sociobiodiversidade. Isso ocorre sob as dimensões ambiental, econômica e política. Essas questões podem ser traduzidas como tendências a sistemas de plantio homogêneos de alta produtividade e dependência de insumos externos, baixa agregação de valor e subordinação dos agentes locais. Apesar dessas tendências, há iniciativas de cooperativas de agricultores familiares nas regiões cacauceiras, analisadas em Costa (2024), que indicam a busca por processos distintos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do circuito espacial de produção do cacau realizada neste trabalho, tendo por objeto de interesse a estruturação da produção cacauceira no estado do Pará e seus fluxos decorrentes, indicou características pouco diferenciadas em relação aos demais circuitos espaciais das *commodities*. Os fluxos materiais e imateriais estabelecidos, bem como os principais agentes e interesses organizadores do circuito, vêm reforçando uma divisão territorial do trabalho baseada na separação entre áreas produtoras de matéria-prima e áreas de processamento industrial que reforçam hierarquias entre os lugares.

Em que pese o papel central do Estado no impulso à expansão atual da lavoura cacauceira na região, expresso em programas e projetos, financiamentos e apoio com fornecimento de insumos e assistência técnica, os fluxos de comercialização indicam um fortalecimento do poder corporativo sobre o circuito e, conseqüentemente, sobre o território. Desde essa perspectiva, apesar do peso crescente da justificativa climática e ambiental na expansão dos plantios, o sentido principal dado pela indústria é a busca de um aumento de produtividade por área, que tem feito o Pará suplantar a produção da Bahia. Esse sentido produtivista, impulsionado pela indústria em todo o circuito, atua tanto sobre a instituição de determinadas trajetórias tecnológicas quanto no sentido da homogeneização territorial em torno das *commodities*. Assim, cria-se uma tendência de que os territórios envolvidos no circuito aprofundem uma especialização produtiva em *commodities*, ou seja, matérias-primas produzidas em larga escala, qualitativamente indiferenciadas e exportadas com baixo valor agregado.

Em que pese sua origem esteja vinculada à sociobiodiversidade amazônica e, portanto, seja parte das inter-relações entre diversidade biológica e diversidade de sistemas socioculturais, a estruturação histórica e as características atuais do circuito espacial do cacau impuseram mudanças

profundas a essa condição inicial. Sua reterritorialização na Amazônia na segunda metade do séc. XX, como parte de um projeto desenvolvimentista encabeçado pelo regime militar, teve como objetivo justamente a negação dessa vinculação original, seja substituindo o protagonismo da associação camponato caboclo – estruturas locais de comercialização por um camponato migrante de viés agrícola subordinado a estruturas empresariais de comercialização –, seja inserindo a lavoura em uma nova organização espacial baseada na tríade estrada - terra-firme - subsolo. O peso econômico e político-ideológico dessa trajetória, permanentemente reafirmado pelos atuais círculos de comando do circuito, é um dificultador da sua reafirmação enquanto um produto da sociobiodiversidade.

Entretanto, apesar dessas condições desfavoráveis, os dados sobre a produção cacauera no estado do Pará não indicaram, até o momento, uma tendência de substituição da produção familiar por uma produção latifundiária de larga escala com base em trabalho assalariado. Por isso, apesar do direcionamento dos círculos de comando do circuito para sistemas de produção que privilegiam mais a produtividade de um cacau *commodity*, não se pode dissociar sua importância para a valorização da sociobiodiversidade amazônica em seu conjunto, desde que avance sua vinculação a processos de fortalecimento econômico e político dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares.

A introdução dos plantios de cacau nas novas áreas de expansão do sudeste paraense, por exemplo, mesmo que não assumindo plenamente a forma de sistemas agroflorestais diversificados na escala da área de plantio, aponta novas possibilidades de diversificação e complexificação produtiva na escala do estabelecimento como um todo, revertendo processos de simplificação decorrentes de trajetórias floresta - derrubada/fogo - pastagens - pecuária, que marcaram a dinâmica de fronteira que caracterizou essa mesorregião (Hurtienne, 2005).

Para além das potencialidades de diversificação produtiva dos estabelecimentos familiares, nos municípios em que já há uma produção significativa de cacau, no sudoeste e no sudeste paraense, surgem iniciativas de organização de agricultores familiares em cooperativa, buscando reforçar sua autonomia relativa no circuito. O cooperativismo da produção familiar, analisado com mais detalhes em Costa (2024), tem se mostrado estratégico tanto para melhorar as condições de venda direta para moageiras, como para ampliar as possibilidades de inserção dos produtores no circuito produtivo. A associação dos produtores em cooperativas busca viabilizar o acesso a

outros mercados por meio da diversificação da produção, da industrialização local e da inserção em mercados orgânicos, finos e institucionais. Essas têm sido importantes estratégias para conferir melhor grau de autonomia a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais envolvidos na produção de cacau, que podem contribuir para imprimir um sentido territorial capaz de reverter a tendência de homogeneização e especialização em *commodities* e afirmar as cadeias produtivas ligadas à sociobiodiversidade em seu conjunto.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza**. São Paulo: Elefante, 2019.
- ABRAMOVAY, R. Fundamentalismo sectário impede o fortalecimento da economia da sociobiodiversidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 36, 106, p. 203-219, set./out. 2022.
- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros de Trombetas: guardiães de matas e rios**. 2.^a ed. Belém: Cejup: NAEA/UFPA, 1998.
- AGUIAR, P. C. B.; PIRES, M. M. A região cacauífera do sul do estado da Bahia (Brasil): crise e transformação. *Cuad. Geogr. Rev. Colomb. Geogr.*, Bogotá, v. 28, n. 1, p. 192-208, jan./jun. 2019.
- AIPC. Quem somos. **Associação Nacional das Indústrias Processadoras de Cacau**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://aipc.com.br/quem-somos/historia/>. Acesso em: 30 out. 2025.
- ALDEN, D. **O significado da produção de cacau na Região Amazônica**. 1974. Monografia (Especialização em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1974.
- ALMEIDA, L. S. **O vale do Jequiriçá no contexto do circuito espacial produtivo do cacau**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008.
- ALVARES-AFONSO, F. M. **O cacau na Amazônia**. Ilhéus: CEPLAC; Itabuna: CEPEC, 1979. (Boletim Técnico 66).

ALVES JUNIOR, M. A cultura do cacau no território transamazônico e Xingu: um enfoque às pesquisas realizadas no município de Medicilândia-PA. **Revista EDUCAmazônia – Educação, Sociedade e Meio Ambiente**, [s. l.], ano 6, v. X, n. 1, p. 126-142, jan./jun. 2013.

AMIM, M. M.; PENA, H. W. A. A cadeia global da indústria de chocolate: as transnacionais e novas formas de governança. **Contribuciones a la Economía**, [s. l.], p. 1-16, 2013.

ARROYO, M. **Território nacional e mercado externo: uma leitura do Brasil na virada do século XX**. 2001. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARTLEY, B. G. D. **The genetic diversity of cacao and its utilization**. Massachusetts: CABI Publishing, 2005.

BEZERRA NETO, J. M. A cultura do cacau no Grão-Pará oitocentista: uma notícia histórica. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Pará**, Belém, v. 07. Dossiê “História da Alimentação e do Abastecimento na Amazônia”, p. 27-47, maio 2020.

BRAINER, M. S. C. P. Produção de cacau. **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 6, n. 149, p. 1-23, jan. 2021a.

BRAINER, M. S. C. P. Produção de cacau: crescer é preciso! **Caderno Setorial ETENE**, Fortaleza, ano 6, n. 199, p. 1-20, jan. 2021b.

BRASIL. COMEX STAT: estatísticas de comércio exterior do Brasil. **Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)**, Brasília, DF, 2024. Disponível em: <https://comexstat.mdic.gov.br/pt/geral>. Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. **Ministério do Trabalho e Emprego (TEM)**, Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_rais_estabelecimento_id_2021/caged_rais_estabelecimento_basico_2021_tab.php. Acesso em: 03 jul. 2023.

BRASIL. **Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade**. Brasília, DF: MDA: MMA: MDS, 2009.

BRINGEL, B.; SVAMPA, M. Del “Consenso de los Commodities” al “Consenso de la Descarbonización”. *Nueva Sociedad*, Buenos Aires, n. 306, jul./ago. 2023. Disponível em: <https://www.nuso.org/articulo/306-del-consenso-de-los-commodities-al-consenso-de-la-descarbonizacion/>. Acesso em: 10 jan. 2025.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. *Revista Sociedade & Natureza*, Uberlândia, v. 22, n. 3, p. 461-474, dez. 2010.

CHAMBOULEYRON, R. As ‘fazendas de cacau’ na Amazônia colonial (séculos XVII e XVIII). In: BRANDÃO, T. M. P.; CHRISTILLINO, C. L. (org.). *Nas bordas da plantation: agricultura e pecuária no Brasil colônia e império*. 1. ed. Recife: Editora UFPE, 2014. p. 19-40.

CHIAPETTI, J. **O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacaueira da Bahia**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro-SP, 2009.

CHRIST, M. L. **Do cacau ao chocolate: internacionalização do chocolate *tree to bar* da Bahia à luz do tripé da estratégia**. 2020. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.

CLEMENT, C. R. Da domesticação da floresta ao subdesenvolvimento da Amazônia. *Cadernos de Debate*, Manaus, v. 14, p. 11-52, 2019.

COE, S. D.; COE, M. D. **The true story of chocolate**. Londres: Thames and Hudson, 1996.

COSTA, C. A. **Circuito espacial de produção do cacau: agentes e estratégias territoriais no sudeste paraense**. 2024. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá, 2024.

COSTA, F. A. Lugar e significado da gestão pombalina na economia colonial do Grão-Pará. *Revista Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 167-206, 2010.

COSTA, F. A. *et al.* **Bioeconomia da sociobiodiversidade no estado do Pará.** Brasília, DF: TNC Brasil: BID: Natura, 2021.

COSTA, F. A. *et al.* **Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia:** conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma florestal tropical. São Paulo: WRI Brasil, 2022 (Texto para discussão).

CURRÍCULO de sustentabilidade do cacau 2021. São Paulo: TNC Brasil, 2022. Disponível em: <https://arapyau.org.br/wp-content/uploads/2021/12/curriculo-de-sustentabilidade-do-cacau-dezembro-2021.pdf>.

Acesso em: 10 fev. 2025.

FAO. FAOSTAT: statistical database. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, Rome, 2023. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/QCL>. Acesso em: 30 out. 2025.

FAO. FAOSTAT: statistical database. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, Rome, 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/faostat/en/#data/TCL>. Acesso em: 30 out. 2025.

FEARNSIDE, P. M. **Destruição e Conservação da Floresta Amazônica.** Manaus: INPA, 2022.

FOLHES, R. T.; SERRA, A. B. Os efeitos da concorrência de trajetórias tecnológicas na economia cacaueira paraense sobre as promessas da sustentabilidade do setor: um estudo a partir da Transamazônica, Pará, Brasil. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, n. 1, p. 1-23, 2023.

FRANK, A. G. S. *et al.* Análise da competitividade do mercado exportador brasileiro de cacau para a Argentina e Estados Unidos. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 14, n. 25, p. 42-56, maio 2017.

FURQUIM, L. *et al.* O testemunho da arqueologia sobre a biodiversidade, o manejo florestal e o uso do fogo nos últimos 14.000 anos de história indígena. In: CUNHA, M. C.; MAGALHÃES, S. B.; ADAMS, C. (org.). **Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil:** contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. São Paulo: SBPC, 2021. p. 12-29.

GRISA, C. O agronegócio e a agricultura familiar no planejamento setorial nos governos FHC, Lula e Dilma: continuidades e discontinuidades. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 545-573, 2022.

HURTIENNE, T. Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável na Amazônia. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 8, n. 1, p. 19-71, jun. 2005.

IBGE. Censo Agropecuário: resultados definitivos. 2017. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6887>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE. Produção Agrícola Municipal. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/1613>. Acesso em: 30 out. 2025.

IBGE. Produção Agrícola Municipal: principais resultados 2024. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9117-producao-agricola-municipal-culturas-temporarias-e-permanentes.html>. Acesso em: 04 fev. 2025.

IDEFLOR-BIO. 1. **Ação**: expansão do cacau no sul e sudeste do Pará. Belém: Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do estado do Pará, 2024. 15 p. (Relatório interno).

IPCC. **Climate Change 2023: synthesis report**. Genebra: IPCC, 2023. Disponível em: https://www.ipcc.ch/report/ar6/syr/downloads/report/IPCC_AR6_SYR_SPM.pdf. Acesso em: 07 mar. 2025.

ITV. **O negócio da cacauicultura**: guia para o produtor rural. Belém: ITV, 2023. Disponível em: https://www.itv.org/wp-content/uploads/2023/05/ITV_CARTILHA_CACAU_VERSAO_DIGITAL_2P.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

LIMA, J. T. G. P.; ROCHA, R. B. A importância histórica, socioeconômica e ambiental da cacauicultura para o estado de Rondônia. **Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 314-322, fev./mar. 2020.

MARTINS, D. C.; MELO, A. L. A mercantilização do fruto de cacau: o cacau do Grão-Pará e o consumo do chocolate na Europa (séculos XVII e XVIII). **Locus: revista de história**, Juiz de Fora, v. 27, n. 1, p. 229-251, 2021.

MENDES, F. A. T. (org.). **Economia do cacau na Amazônia**. Belém: Unama, 2005.

MODA, L. R.; BOTEON, M.; RIBEIRO, R. G. Cenário econômico do mercado do cacau e chocolate: oportunidades para a cacauicultura brasileira. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 10, p. 21203-21225, 2019.

MONNIER, O. Costa do Marfim destrói florestas tropicais por cacau. UOL, São Paulo, 17 out. 2016. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/bloomberg/2016/10/17/costa-do-marfim-destroi-florestas-tropicais-por-cacau.htm>. Acesso em: 04 jul. 2023.

MORAES, A. C. R. Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação no espaço. In: DANTAS, A.; ARROYO, M.; CATAIA, M. (org.). **Dos circuitos da economia urbana aos circuitos espaciais de produção: um diálogo com a teoria de Milton Santos**. Natal: Sebo Vermelho, 2017, p. 25-51.

NOBRE, C. *et al.* Land-use and climate change risks in the Amazon and the need of a novel sustainable development paradigm. **PNAS**, [s. l.], v. 113, n. 39, p. 10759-10768, set. 2016. Disponível em: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.1605516113. Acesso em: 01 mar. 2025.

OIT. **Cadeia produtiva do cacau – avanços e desafios rumo à promoção do trabalho decente: análise situacional**. Brasília, DF: OIT: MPT, nov. 2018.

PARÁ. **Lei n. 7.093/2008**. Institui o Programa de Aceleração do Crescimento e Consolidação da Cacaucultura no estado do Pará - PAC CACAU-PA e cria o Fundo de Apoio à Cacaucultura do estado do Pará. Belém: Governo do estado do Pará, [2008]. Disponível em: <https://www.ioepa.com.br/pages/2008/2008.01.18.DOE.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARÁ. **Instrução Normativa Conjunta Semas/IDEFLOR-Bio n. 07, de 20 de setembro de 2019**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos [...]. Belém: Semas, [2019]. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/legislacao/files/pdf/705.pdf>. Acesso em: 10 maio 2025.

PARÁ. **Plano de Bioeconomia do estado do Pará: PlanBio Pará**. Belém: Governo do estado do Pará, out. 2022.

PARÁ. Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Cacaucultura (PROCACAU) e FUNCACAU. **Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca**, Belém, 2025. Disponível em: <https://www.sedap.pa.gov.br/node/91>. Acesso em: 20 abr. 2025.

PIASANTIN, F. B.; SAITO, C. H. Os diferentes métodos de cultivo de cacau no sudeste da Bahia: aspectos históricos e percepções. **Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 9, n. 1, p. 61-78, 2014.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

ROSS, C. **Ecology and power in the age of empire: Europe and the Transformation of the Tropical World**. Oxford: University of Oxford, 2017.

SANTOS, G. A. *et al.* Produção de cacau (*Theobroma cacao* L.) no estado de Rondônia: uma análise da variação da área produtiva em relação à variação dos indicadores do mercado. **Cuadernos de Educación e Desarrollo**, [s. l.], v. 15, n. 4, p. 3581-3602, 2023.

SANTOS, M. Circuitos espaciais da produção: um comentário. *In*: SOUZA, M. A. A.; SANTOS, M. (org.). **A construção do espaço**. São Paulo: Nobel. 1986, p. 121-135.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 4. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

SCHROTH, *et al.* Commodity production as restoration driver in the Brazilian Amazon? Pasture re-agro-forestation with cocoa (*Theobroma cacao*) in southern Pará. **Sustain Science**, [s. l.], v. 11, p. 277-293, 2016.

SILVA, A. M. M. *et al.* Capacitação de produtores de cacau de várzea: impactos para o desenvolvimento sustentável e na qualidade das amêndoas de cacau em uma comunidade ribeirinha do Rio Moju, Pará. **Revista Conexão UEPG**, Ponta Grossa, v. 20, e2423240 p. 01-15, 2024.

SILVA, E. S. **O cacau no Amazonas: um estudo sobre sua história, políticas, produção e comercialização em Coari, Manaus e Urucurituba**. 2007. Dissertação (Mestrado em Biologia Tropical e Recursos Naturais) – Programa Integrado de Pós-Graduação em Biologia Tropical e Recursos Naturais, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2007.

SILVA, F. T.; MACHADO, V. L. Cacau, produção e indústria: uma revisão de literatura. **Revista Eletrônica Ciência & Tecnologia Futura**, [s. l.], v. 1, n. 2, p. 65-46, 2023.

SILVA, I. S.; CASTRO, E. M. R. Interações rural-urbano: a sociobiodiversidade e o trabalho em portos, feiras e mercados de Belém, Pará. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 16, n. 1, p. 109-126, 2013.

TEIXEIRA NETO, E. **Os arranjos institucionais no sistema agroindustrial do cacau em Linhares-ES**. 2017. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2017.

WALKER, T. Slave Labor and Chocolate in Brazil: The Culture of Cacao Plantations in Amazonia and Bahia (17th–19th Centuries). **Food and Foodways**, [s. l.], v. 15, p. 75-106, 2007.

ZARRILLO, S. *et al.* The use and domestication of *Theobroma cacao* during the mid-Holocene in the upper Amazon. **Nature Ecology & Evolution**, [s. l.], v. 2, p. 1879-1888, dec. 2018.

ZARRILLO, S.; BLAKE, W. Tracing the Movement of Ancient Cacao (*Theobroma cacao* L.) in the Americas: New Approaches. *In*: MCEWAN, C.; BEEKMAN, C. (ed.). **Waves of influence: Pacific Maritime Networks Connecting Mexico, Central America, and Northwestern South America**. Washington, DC: DCollection, 2022, p. 121-144.